

QUANDO os portugueses iniciaram a colonização do Brasil, Portugal já havia retornado à situação de Reino Cadaveroso, do estigma de Ribeiro Sanches. Desfizera-se a radiosa promessa do Quinhentos. O fausto e o parasitismo, a aventura e a dissipação, a inércia e a depravação — abandonada a faina agrária, a sociedade em estado convulsivo, a desagregação dos costumes provocada pelo desequilíbrio entre o número de mulheres que ficavam no Reino em condições de miséria e de homens que se fazendo ao mar ou morriam nos naufrágios ou não regressavam — todo este elenco de causas reduzira o país à pobreza e ao despovoamento. Ao renovar as façanhas de fenícios, cartagineses, normandos, genoveses e venezianos, Portugal encontrara no heroísmo de seus navegadores seu crime e seu castigo. A mentalidade da aventura — "colhêr o fruto sem plantar a árvore" — empolgava-o, "mal antigo e conhecido, de todos chorado e de ninguém remediado". As páginas da *História Trágico-Marítima*, relações de naufrágios publicadas por Bernardo Gomes de Brito entre 1735-1736, não têm apenas interesse para o estudo da evolução literária da língua, entio áspera como as vozes de comando na proa das caravelas. Mais do que fontes sociológicas significam a radiografia de uma nação em desintegração. Comentando êsses relatos, diz o medievalista português Rodrigues Lapa: "Como causa suprema dos desastres marítimos é apontada por todos os autores a desordenada cobiça que fazia sobrecarregar as naus de mercadorias muito além de sua capacidade". E acrescenta o grande filólogo acêrca do valioso material bibliográfico sôbre a perdição de navios: "Se formos examinar as causas de todos êsses naufrágios, encontraremos quase sempre na raiz de todos êles a ignorância, a incúria, a vaidade, a teimosia e o desenfreado amor do lucro". (R. Lapa, *Comentários*, Lisboa, 1944). Sôbre a matéria, o historiador brasileiro Thales de Azevedo ("*Povoamento da Cidade do Salvador*", São Paulo, 1955) ainda é mais incisivo: "Êsses desastres deviam-se à grandeza excessiva das naus, fabricadas de madeiras verdes e podres; as embarcações, além de pesadas e mal armadas, traziam carga demasiada e mal arrumada, e eram tripuladas por marinhagem incapaz". Descrição semelhante encontramos igualmente em Roberto Simonsen ("*História Econômica do Brasil*", São Paulo, 1944). Êsses remotos episódios, velhas "raízes do Brasil", não fazem luz sôbre nossa ânsia de prosperidade sem custo, ou, como diz Sérgio Buarque de Holanda, "ânsia de riqueza que custa ousadia, não riqueza que custa trabalho?" Naufrágios, degredados e desertores (J. F. de Almeida Prado, "*Os Primeiros Povoadores*", São Paulo, 1954), fazem o rumo do Brasil quando o Reino nos declara coto e homígio. E aqui plantam os primeiros tumultos, em cuja motivação estiveram outros fatores além dos exclusivamente econômicos, de posse da terra. Povo de marinheiros, nutrido pelo gôsto das victualhas de condimentação picante, das pimentas, dos molhos e azeites de dendê e das aguardentes de forte travo, hábitos vindos do tráfigo com as especiarias, ao fim das longas jornadas o colonizador sentia a contenção das viagens explodir em ímpetos de desbragada luxúria equatorial. Praticavam o aforisma: *infra equinoxiale nil peccatur*. Documento dêste aspecto freudiano de nossa colonização é a carta de Pero Vaz Caminha descrevendo o bom parecer das índias: "novinhas e gentis, com os cabelos muito prêtos e compridos pelas espáduas e suas vergonhas tão altas e cerradinhas, e tão limpas de cabeleira..." Esta feição rabelaiseana da colonização fixa-a magistralmente Paulo Prado, no clássico *Retrato do Brasil*. Mas nem porque aqui chegassem arre-feceu-se a voracidade e apaziguou-se a ganância dos colonizadores. E êste fato leva Sérgio Buarque de Holanda a encontrar mais caráter de feitorização (pg. 147) do que de colonização na obra dos portugueses. "Não convinha que aqui se fizessem grandes obras", acentua o ensaísta. Em 1785 um alvará do Reino mandava fechar as manufaturas existentes, determinando a apreensão e remessa para Lisboa dos teares encontrados no Brasil. As culturas da vinha e do trigo foram proibidas para evitar a concorrência aos similares do Reino, os quais deveriam ser aqui obrigatoriamente consumidos. Em Minas, canaviais e engenhos foram destruídos para que não fôsse prejudicada a mineração. As Companhias de Comércio, preconizadas pelo Padre Antônio Vieira, monopolizavam o vinho, o azeite, a farinha de trigo e o estanco do pau-brasil. Sua espoliação atingiu a tal ponto que provocou, em 1684, a primeira revolução econômica da história do Brasil — a revolta de Beckmann, no Maranhão, da qual João Lisboa nos dá admirável reconstituição ("*Obras*", vl. III, São Luiz do Maranhão, 1865; VI-II, Lisboa, 1901). Além daquelas proibições Portugal veda a imigração para o Brasil. Seu pensamento é conservar a colônia segregada". O grande brasilianista Rodolfo Garcia,

LIVROS DA SEMANA

Sociedade Barroca e complexo colonial

FRANKLIN DE OLIVEIRA

no seu fundamental "*Ensaio sôbre a História Política e Administrativa do Brasil*", póstumamente editado, êste ano, pela Casa José Olympio, faz o levantamento de todos os alvarás destinados a manter o Brasil no mais rígido colonialismo. Assim como Almeida D'Eça nas *Normas Econômicas da Colonização Portuguesa* (Coimbra, 1921), considera Os Lusíadas o grande compêndio da história colonial portuguesa, há quem aponte como o corpus da teoria colonial adotada pelos estadistas portugueses no Brasil o *Roteiro do Maranhão a Goyaz pela Capitania do Piauí*, cuja autoria Capistrano, nos "*Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*" (Rio, 1930), atribui a João Pereira Caldas que foi, sucessivamente, governador do Piauí, Maranhão, Pará e Mato Grosso. É provável que o aspecto freudiano da colonização, na qual Gilberto Freyre vê um processo de democratização racial, quando, pela inconsciência com que se realizou parece mais ter sido apenas promiscuidade — é provável que aquêle aspecto aliado ao sentido feudal de que se revestiu a colonização, ajude a elucidar o problema implícito no fato de ter os Estados Unidos, como cultura e nação, apesar de iniciado sua colonização com mais de um século de atraso, passado à nossa frente, enquanto ainda hoje curtimos as taras do colonialismo, tanto na ordem econômica quanto na ordem espiritual. Huguenotes e puritanos eram o que a Europa tinha de melhor nos séculos XVII e XVIII. Sofrendo perseguições religiosas e idealismo. Mais do que uma pátria, fundavam instituições de liberdade. Nenhum dêsses altos compromissos morais trazia o colono português. Economicamente Portugal entrava em decadência. Culturalmente apartava-se do movimento de renovação científica que se processava no século. O humanismo era artificial: sufocava-o a especulação escolástica. Atrás da decadência econômica, a decadência política e a esterilidade cultural. Em consequência subsistiam os dois vícios que herdamos: senhorio e verbalismo.

Neste valioso *Raízes do Brasil*, de sólida estrutura, trabalhada por surpreendente densidade de idéias — trabalho em que a erudição não sufoca a especulação, e a gravidade da problemática não compromete a lucidez da dicção — Sérgio Buarque de Holanda faz a historiografia dos colonizadores e da colonização, acentuando o friso que lhes é mais significativo: o de constituírem um e outro parte e contexto de uma "cultura da personalidade". Dá, também, o eminente ensaísta a êste quadro magnífico o título de "mentalidade ibérica". Mas, se nos lembrarmos que tanto os donatários quanto os missionários foram homens da Contra-Reforma, verificaremos, como já acentuou Otto Maria Carpeaux (2) que a síntese de Sérgio Buarque de Holanda é o mais perfeito contexto cultural da sociedade barroca — a sociedade edificada no Brasil e na América Latina pela Colonização Ibérica. "Il barocco" — escrevia em 1890 Enrico Nencioni (3) — "è la caratteristica del secolo XVII, più particolarmente in Spagna e in Italia, e non solo nella letteratura e nell'arte, ma nella vita, nei costumi, nelle mode, nel cerimoniale, negli spettacoli, nella religione, nell'amore, nella guerra, perfin nei delitti". O patriciado rural brasileiro, assentado na grande propriedade agrária (latifúndio), na escravidão e na monocultura — forças sociais de que entre nós se fez intérprete ao mesmo tempo poético e sociológico Gilberto Freyre, combinando em rara síntese ciência e arte — impediu, com o seu

autarquismo a organização da sociedade brasileira em bases de estabilidade, coesão e ordem. A essas condições substituíram o personalismo, o privatismo, a ausência de cooperação, dos quais resultou "predominarem, em tôda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família". (pg. 103). Mais do que as fontes do nosso individualismo, aqui estão as origens da nossa desordem e da nossa anarquia. Do privatismo brasileiro temos lúcida análise em Oliveira Viana e Nestor Duarte (4). A crítica do senhoriato realiza-a também o autor deste compacto, forte, rude *Raízes do Brasil*, destacando dois aspectos básicos: o do aprêço ao "trabalho mental, que não suja as mãos", e o "amor à frase sonora, ao verbo espontâneo e abundante — a inteligência há de ser ornamento e prenda, não instrumento de conhecimento e de atividade". Da repulsa e desamor ao trabalho temos depoimento conclusivo na correspondência de Ina von Binzer (5), no trecho datado de 1881, em que ela aguda e maliciosamente observa: "Neste país os prêtos representam o papel principal; acho que no fundo, são mais senhores do que escravos dos brasileiros. Todo o trabalho é realizado pelos prêtos, tôda a riqueza é adquirida por mãos negras, porque o brasileiro não trabalha, e quando é pobre prefere viver como parasita em casa de parentes e de amigos ricos, em vez de procurar ocupação honesta. Gostaria de saber o que fará essa gente, quando fôr decretada a emancipação dos escravos". Sabemos o que fizeram: a República, cuja precipitação foi acionada pelo ressentimento dos escravocratas. (6). E fizeram ainda o amor ao verbalismo, à ostentação barroca, indiferença pelo anacronismo cultural, a carência de objetividade, a versão ornamental da cultura empregada pelo que tem de externo e não de sofrida incorporação de idéias e valores. Numa palavra: fizeram o senhoriato, tipo humano que Ortega define como "el niño mimado de la historia humana. El niño mimado es el herdero que se comporta exclusivamente como herdero. Es un hombre que ha venido a la vida para hacer lo que le dé la gana. El señorito es el que cree poder comportarse fuera de casa como en casa. La forma más contradictoria de la vida humana que puede aparecer en la vida humana es el señorito satisfecho. Por eso, cuando se hace figura predominante, es preciso dar a la voz de alarma y anunciar que la vida se hala amenazada de degeneración."

Sômente quando este país superar o complexo colonial que o chumba ao irracionalismo, e expelir os resíduos da ordem régia de 1800 que, proibindo a um tal barão de Humboldt, de Berlim, continuar suas explorações científicas na Amazônia, impediu ao maior naturalista de seu tempo colaborasse no desenvolvimento da cultura nacional (Rodolfo Garcia, *Ensaio*, pg. 162) — só então poderemos reconhecer, em todo o seu poder de eficácia, a diagnose de Sérgio Buarque de Holanda, a qual nos permitirá criar uma cultura que seja forma de vida e não prenda de graciosa ostentação. A historiografia do Brasil Colonial tem de ser um ato de denúncia, mas dêste ato apenas são capazes os grandes historiadores.

FONTES: 1) Antônio Sérgio. *Ensaio*, II e V ts., Lisboa, 1929, 1936; (2) Joaquim de Carvalho, *Estudos sobre a Cultura Portuguesa no Século XVI*, Coimbra, 1948; Lopes Praça, *História da Filosofia em Portugal nas suas relações com o movimento geral da Filosofia*, Coimbra, 1868; Sant'Anna Dionísio, *A não-cooperação da inteligência ibérica na criação da ciência*, Lisboa, 1941; M. Gonçalves Cerejeira, *O humanismo em Portugal*, Coimbra, 1926; Aubrey G. F. Bell e Luís de Almeida Braga, *O humanista Dom Jerônimo Osório*, Coimbra, 1934; Albin Eduar Beau, *As Relações Germânicas do Humanismo de Damião de Góis*, Coimbra, 1941; Hernani Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Felipes*, Lisboa, 1948; *Lições de Cultura e Literatura Portuguesas*, 2 vls., Coimbra, 1948-1951; João Cruz Costa, *Contribuição para a História das Idéias no Brasil*, Rio, 1956; (2) Otto Maria Carpeaux, *Origens e Fins*, Rio, 1943; (3) Apud Giovanni Getto, *Letteratura e Critica Nel Tempo*, Milani, 1954; (4) Oliveira Vianna, *Instituições Políticas Brasileiras*, 2 vls., Rio, 1949; Nestor Duarte, *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, São Paulo, 1939; (5) Ina von Binzer, *Alegrias e Tristezas de uma Educadora Alemã no Brasil*, São Paulo, 1956; J. A. de Almeida Prado, *O Brasil e o Colonialismo Europeu*, São Paulo, 1956; José Maria dos Santos, *Os Republicanos Paulistas e a Abolição*, São Paulo, 1942; Antônio dos Santos Figueiredo, *A Evolução do Estado no Brasil*, Porto, 1926; Pandiá Calógeras, *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo, 1945; Oliveira Vianna, *O Ocaso do Império*, São Paulo, 1933; Caio Prado Júnior, *Evolução Política do Brasil*, São Paulo, 1953; (7) José Ortega y Gasset, *Obras Completas*, t. IV, Madri, 1947.